

**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - STJ**  
**SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL**



**DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**  
**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

**ÓRGÃO 11000**  
**SAF SUL QUADRA 06 LOTE 01 (61 - 3319 9815)**  
**DEZEMBRO DE 2018**

# Balanço Patrimonial



ATIVO				PASSIVO			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)	Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equiv de Caixa	<u>01</u>	196.797.988,29	107.175.470,90	Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	<u>06</u>	49.627.901,48	69.029.599,23
Demais Créd. e Val.- CP	<u>02</u>	19.466.332,08	19.604.036,20	Fornec. e Contas a Pagar - CP		879.498,09	328.187,48
Estoques	<u>03</u>	4.277.045,84	4.528.614,64	Provisões a Curto Prazo	<u>06</u>	46.733.866,00	45.834.951,00
VPDs Pagas Antecip.		85.166,40	69.713,06	Demais Obrigações a CP		21.508.795,18	7.221.353,25
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo Realizável a LP		465.610,66	-	Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP	<u>07</u>	2.122.810,90	1.622.611,81
Demais Créd.Valores a LP	<u>02</u>	465.610,66	-				
Imobilizado	<u>04</u>	355.241.738,40	292.901.598,67	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			
Bens Móveis		58.725.982,63	65.671.935,05			120.872.871,65	124.036.702,77
Bens Móveis		82.189.285,02	97.084.884,07	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
(-) Depreciação		-23.463.302,29	-31.142.949,02				
Bens Imóveis		296.515.755,77	227.229.663,62	Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Bens Imóveis		296.658.774,23	227.322.720,07	Resultado Acumulados		481.778.891,80	324.276.134,45
(-) Depreciação		-143.018,46	-93.056,45	Resultado do Exercício		184.768.200,18	4.658.017,64
Intangível	<u>05</u>	26.317.881,78	24.033.403,75	Result. de Exerc. Anteriores		324.276.134,45	372.749.873,46
Softwares		26.317.881,78	24.049.214,79	Ajustes de Exerc. Anteriores		-27.265.442,83	- 53.131.756,65
(-) Amortização		-	-15.911,04	Total do Patrimônio Líquido	<u>08</u>	481.778.891,80	324.276.134,45
(-) Redução ao Valor Recuperável		602.651.763,45	448.312.837,22			602.651.763,45	448.312.837,22
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>220.626.532,61</b>	<b>131.377.834,80</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<b>481.778.891,80</b>	<b>324.276.134,45</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANC. PERMANENTES

ATIVO			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Ativo Financeiro		196.797.988,29	107.175.470,90
Ativo Permanente		405.853.775,16	341.137.366,62
		-	-
PASSIVO			
Passivo Financeiro		72.600.412,93	66.595.663,13
Passivo Permanente		115.500.197,79	117.011.165,83
<b>SDO PATRIMONIAL</b>	<u>09</u>	<b>414.551.152,73</b>	<b>264.706.008,26</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		17.767.885,04	16.660.848,43
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		5.448,95	-
<b>TOTAL</b>	<u>10</u>	<b>17.767.885,04</b>	<b>16.660.848,03</b>
PASSIVO			
Exec. dos Atos Potenciais		226.091.059,75	223.267.324,79
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		1.512.392,05	1.512.392,05
Obrig. Contratuais a Exec.		224.578.667,70	221.754.932,74
<b>TOTAL</b>	<u>11</u>	<b>226.091.059,75</b>	<b>223.267.324,79</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT (R\$)	
Recursos Ordinários	R\$	115.200.838,85
Recursos Vinculados	R\$	8.996.736,51
<b>TOTAL</b>	<u>12</u>	<b>R\$ 124.197.575,36</b>

## **ANÁLISES DO BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

### **CONCEITOS**

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2018 em relação a dezembro de 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte. O presente demonstrativo tem seus valores em reais e sofreu alterações de layout original do documento extraído do Sistema SIAFI.

### **CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BP**

#### ▪ Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

#### ▪ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros calculados pelo sistema "Débito" disponibilizado na página web do Tribunal de Contas da União - TCU.

#### ▪ Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

#### ▪ Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo que, no caso desta Corte, refere-se a créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio cujos valores também são avaliados e mensurados pelo sistema de "Débito" do TCU. Para os ativos desse item, foram registrados ajustes para perdas dos créditos a receber com valores inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais), tendo em vista que tais valores não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF nº 75/2012.

#### ▪ Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis cujos saldos são registrados inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação e amortização (essa no caso dos softwares com vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores com aquisições, produções próprias, incorporação de instalações, obras de infraestrutura e projetos executivos são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O Controle patrimonial dos bens desta Corte são gerenciados por sistema informatizado próprio, chamado Administra, responsável também pelo controle dos intangíveis e cálculos de depreciação, amortização e avaliações.

▪ **Intangíveis**

Os bens incorpóreos deste Tribunal são, atualmente, os softwares destinados à manutenção das atividades jurisdicionais deste Tribunal, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada quando forem enquadrados como itens de vida útil definida.

▪ **Depreciação de bens móveis e imóveis e amortização de intangíveis**

A base de cálculo para a depreciação e a amortização é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. A depreciação dos bens móveis neste Tribunal inicia a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de tombamento tendo como método de cálculo, o das quotas constantes. As metodologias de apuração da depreciação, amortização e avaliação são regulamentadas pela Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 15 de dezembro de 2015, sendo elas:

<b>Fórmula "A"</b>	<b>Fórmula "B"</b>	<b>Fórmulas "C"</b>
Cálculo da Depreciação de Bens Permanente	Cálculo da Amortização de Bem Intangível	Cálculo da Avaliação de Bens
$VD = (CB - VR) / PVU$	$CMA = CS / PVU$	$VCLM = VM - CDE$
Onde:	Onde:	Onde:
VD = Valor de Depreciação CB = Custo do Bem VR = Valor Residual PVU = Período de Vida Útil	CMA = Custo Mensal de Amortização CS = Custo do Software PVU = Período de Vida Útil	VLCM = Valor Líq. Contábil de Mercado VM = Valor de Mercado CDE = Cotas de Depreciação Equivalente  BA = $VCLM * EC$  Onde:  VCLM = Valor Líq. Contábil de Mercado BA = Bem Avaliado EC = Estado de Conservação

Já as informações relacionadas com a depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis desta são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas via processo STJ nº 3237/2018; já a conta Limite de Saque indica os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações conforme tabela a abaixo. A fonte 100 equivale a 92,51% das disponibilidades financeiras atuais e sua fonte advém de recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

FONTE	DEZEMBRO-2018	%
0100 – Recursos Ordinários	R\$ 182.022.698,70	92,51%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	R\$ 2.635.242,42	1,34%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	R\$ 5.352.596,22	2,72%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	R\$ 4.595.984,83	2,33%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	R\$ 804.833,77	0,41%
0375 - Taxas por Serviços Públicos (Exerc. Ant.)	R\$ 1.359.335,25	0,69%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 196.770.691,19</b>	<b>100,00%</b>

### NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Os créditos por danos ao erário estão descritos na tabela abaixo constando no processo STJ nº 6442/2015 seu acompanhamento detalhado e atualizações. Os adiantamentos de férias, 13º e remuneração são monitorados mensalmente no momento da análise mensais das folhas de pagamento de pessoal.

CONTAS	DEZEMBRO/18	DEZEMBRO/17	AH(%)
Créditos por danos à folha de pagamento	R\$ 553.414,88	R\$ 572.170,14	3,28%
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 115.817,36	R\$ 115.817,36	0,00%
Créditos a receber por cessão de pessoal	R\$ 66.752,01	R\$ 97.452,90	-31,50%
<b>TOTAL DEMAIS CRÉD. E VAL A REC CURTO</b>	<b>R\$ 735.984,25</b>	<b>R\$ 785.440,40</b>	<b>-6,3%</b>

### NOTA 03 – ESTOQUES

Em 2018, as entradas orçamentárias no almoxarifado totalizaram R\$ 5.325.976,07 e as Extra orçamentárias, oriundas de aquisições com empenhos de restos a pagar e eventuais recebimentos de doações, R\$ 1.688.895,24. Já o consumo de material alcançou o valor de R\$ 7.333.775,59. Há divergências, devidamente justificadas, entre o Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA e o

SIAFI em decorrência de fornecimento parcial de bens e ausência de registro de itens adquiridos pela UG 050002, este por incompatibilidade no sistema informatizado deste Órgão. No que tange às entradas no estoque, conforme tabela abaixo, destacam-se as seguintes variações: -100% em Explosivos e Munições referente à aquisição de cartuchos para armas não letais Taser nos termos do Contrato STJ 69/2015 (Processo SEI 1214/2016) e à aquisição de munições para as atividades de segurança institucional consoante Contrato STJ 31/2017 (Processo SEI 19254/2017); 63,79% em Material Elétrico-Eletrônico, que ocorreu em decorrência de modernização do sistema de incêndio do STJ; 643,38% em Material de Proteção e Segurança devido, em sua maior parte, à compra de 30 mangueiras para hidrante de combate a incêndio, Processo SEI 13415/2017, de solução integrada (equipamentos e softwares) para controle de acesso de pessoas e veículos nas dependências deste STJ, Contrato 078/2017 (Processo SEI 556/2018); e 1423,60% em Material de Sinalização Visual e Outros relativo, quase que em sua totalidade, à instalação de placa para sinalização de emergência, de alerta e orientação para os edifícios da sede e dos anexos do STJ nos termos do Contrato STJ 78/2016 (Processo SEI 2682/2017). O saldo do estoque no final do exercício (considerando todas as entradas e saídas no decorrer de 2018) é de R\$ 4.277.045,84, indicando uma redução de 5,56% em relação ao estoque final registrado em 31.12.2017, que perfazia a monta de R\$ 4.528.614,64.

MATERIAL DE CONSUMO	2018	2017	%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R\$ 999.889,71	R\$ 903.794,51	10,63%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	R\$ 38.368,62	R\$ 46.250,88	-17,04%
Explosivos e Munições	R\$ -	R\$ 304.456,44	-100,00%
Gêneros de Alimentação	R\$ 934.216,68	R\$ 936.566,67	-0,25%
Material Farmacológico	R\$ 135.539,92	R\$ 101.941,38	32,96%
Material Odontológico	R\$ 13.118,17	R\$ 9.294,40	41,14%
Material Químico	R\$ 646,00	R\$ -	N/A
Material Educativo e Esportivo	R\$ 295,05	R\$ 1.523,96	-80,64%
Material para Festividades e Homenagens	R\$ 9.222,61	R\$ 10.277,32	-10,26%
Material para Expediente	R\$ 250.906,66	R\$ 550.658,64	-54,44%
Material de Processamento Dados	R\$ 732.398,49	R\$ 1.708.024,87	-57,12%
Material de Acondicionamento e Embalagem	R\$ 46.124,52	R\$ 49.232,57	-6,31%
Material de Cama, Mesa e Banho	R\$ 41.040,13	R\$ 17.684,20	132,07%
Material de Copa e Cozinha	R\$ 80.712,60	R\$ 35.423,13	127,85%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	R\$ 500.268,17	R\$ 997.119,90	-49,83%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	R\$ 56.374,20	R\$ 43.752,30	28,85%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 466.157,00	R\$ 544.637,95	-14,41%
Material para Manutenção de Bens Móveis	R\$ 236.716,07	R\$ 128.080,72	84,82%
Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 1.088.221,30	R\$ 664.409,52	63,79%
Material de Proteção e Segurança	R\$ 189.761,17	R\$ 25.526,88	643,38%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 5.521,34	R\$ 92.718,98	-94,05%
Material para Comunicações	R\$ 75.050,78	R\$ -	N/A
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	R\$ 26.912,04	R\$ 25.484,00	5,60%
Material Hospitalar	R\$ 62.310,53	R\$ 46.575,31	33,78%

Material para Manutenção de Veículos	R\$ 666.324,26	R\$ 407.157,44	63,65%
Material p/ Utilização em Gráfica	R\$ 8.133,43	R\$ 19.669,11	-58,65%
Ferramentas	R\$ 3.494,21	R\$ 2.215,72	57,70%
Material de Sinalização Visual e Outros	R\$ 142.980,82	R\$ 9.384,38	1423,60%
Material Bibliográfico	R\$ 178.544,03	R\$ 106.728,85	67,29%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	R\$ 5.658,00	R\$ 7.343,70	-22,95%
Outros Materiais de Consumo	R\$ 19.964,80	R\$ 12.122,00	64,70%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.014.871,31</b>	<b>R\$ 7.808.055,73</b>	<b>-10,16%</b>

## NOTA 04 – IMOBILIZADO

### ▪ BENS MÓVEIS

As entradas Orçamentárias em dezembro de 2018, com base nos dados registrados no Sistema Administra, somaram o valor de R\$ 168.293,90, as Extra orçamentárias, que incluem os restos a pagar, doações recebidas e produção própria, alcançaram o total de R\$ 690,00 relativo ao recebimento em doação de obra de arte para exposição nos termos do Processo SEI 1670/2018. No período, não houve saída nem por depreciação e nem por Redução a Valor Recuperável. A tabela abaixo evidencia as variações patrimoniais individualizadas por grupo, indicando, entre outros índices, que o saldo dos bens permanentes do STJ sofreu acréscimo de 1,75% no acumulado do ano de 2018 em relação ao saldo final do exercício anterior (dezembro de 2017), destacando-se as seguintes variações: - R\$ 24.736.950,68 em Material TIC decorrente, quase que em sua totalidade, de baixas de depreciação acumulada e de Redução a Valor Recuperável, vide Processos SEI 2674/2018 e 32214/2017 respectivamente; R\$ 2.689.397,00 em Veículos de Tração Mecânica em virtude da aquisição de veículos oficiais de representação, Contratos STJ 89/2017 e 16/2018, Processos SEI 1385/2018 e 32271/2017.

Especificação	DEZEMBRO/2018			DEZEMBRO/2017		
	Saldo Anterior	Entradas/Reavaliações (+)	Saídas/Bx de Deprec./Red a Valor Recuperável	Saldo Atual	Saldo	%
Aeronave	R\$ -	-	-	R\$ -	R\$ -	0,00%
Aparelhos Med/Orient.	R\$ 58.891,29	-	-	R\$ 58.891,29	R\$ 77.671,97	-24,2%
Ap/Equip. Comunicação	R\$ 519.392,89	R\$ 17.639,00	-	R\$ 537.031,89	R\$ 527.065,91	1,89%
Aparelhos Méd e Odont	R\$ 407.565,04	-	-	R\$ 407.565,04	R\$ 275.606,55	47,88%
Aparelhos Esportes/Div	R\$ 5.114,90	-	-	R\$ 5.114,90	R\$ 5.114,90	0,00%
Aparelhos Domésticos	R\$ 773.516,28	-	-	R\$ 773.516,28	R\$ 652.771,71	18,5%
Armamentos	R\$ 200.283,05	-	-	R\$ 200.283,05	R\$ 200.283,05	0,00%
Col/Mat. bibliográficos	R\$ 1.144.846,46	-	-	R\$ 1.144.846,46	R\$ 1.145.817,43	-0,09%
Equip de segurança	R\$ 1.615.676,20	R\$ 6.120,00	-	R\$ 1.621.796,20	R\$ 1.537.749,51	5,46%
Equip. energéticos	R\$ 690.166,82	-	-	R\$ 690.166,82	R\$ 695.464,40	-0,76%
Equip gráficos	R\$ 58.828,05	-	-	R\$ 58.828,05	R\$ 56.034,19	4,98%
Equip de áudio/vídeo	R\$ 3.349.557,81	R\$ 5.374,00	-	R\$ 3.354.931,81	R\$ 3.214.703,41	4,36%

Máq/Apar/Eq. Diversos	R\$ 46.542,26	-	-	R\$ 46.542,26	R\$ 29.263,18	59,05%
Material TIC	R\$ 38.894.061,86	-	-	R\$ 38.894.061,86	R\$ 63.631.012,54	-38,88%
Máquinas de escritório	R\$ 189.325,49	-	-	R\$ 189.325,49	R\$ 180.132,18	5,10%
Ativos de rede	R\$ 3.100,00	-	-	R\$ 3.100,00	R\$ -	-
Máquinas de oficina	R\$ 104.200,36	R\$ 2.690,90	-	R\$ 106.891,26	R\$ 108.166,18	-1,18%
Equip. hidr. e elétricos	R\$ 1.163.739,78	-	-	R\$ 1.163.739,78	R\$ 1.151.999,78	1,02%
Computadores	R\$ 8.213,96	-	-	R\$ 8.213,96	R\$ -	-
Mob. em geral	R\$ 7.163.972,13	R\$ 136.470,00	-	R\$ 7.300.442,13	R\$ 6.570.188,22	11,11%
Servidores (storage)	R\$ 3.247.291,00	-	-	R\$ 3.247.291,00	R\$ -	-
Obras de Arte	R\$ 388.102,10	R\$ 690,00	-	R\$ 388.792,10	R\$ 325.365,70	19,49%
Impressoras	R\$ 13.200,00	-	-	R\$ 13.200,00	R\$ -	-
Veíc. diversos	R\$ 206.536,28	-	-	R\$ 206.536,28	R\$ 133.991,33	54,14%
Peça ã Incorp. Ao Imóvel	R\$ -	-	-	R\$ -	R\$ -	0,00%
Veic. de tração mecânica	R\$ 12.305.618,26	-	-	R\$ 12.305.618,26	R\$ 9.616.221,26	27,97%
Outros Mat. Perm.	R\$ 520,38	-	-	R\$ 520,38	R\$ 520,38	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 72.558.262,65</b>	<b>R\$ 168.983,90</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 72.727.246,55</b>	<b>R\$ 90.135.143,78</b>	<b>-19,31%</b>

#### ▪ BENS IMÓVEIS

Em atendimento ao Art. 4º, §1º da Instrução Normativa STJ nº 16/2015, os bens imóveis desta Corte, a seguir relacionados, foram avaliados e seus saldos patrimoniais ajustados em 1,94% conforme percentual apresentado na pauta de valores para incidência do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU do Governo do Distrito Federal. Não houve avaliação do terreno localizado na SCES Trecho 03, Lote 07 tendo em vista que o mesmo foi transferido para este órgão no exercício de 2018. Houve investimentos em obras e instalações nos edifícios sede deste órgão o que justifica a variação percentual diferenciada de 4,3% em relação ao demais imóveis.

IMOBILIZADO				
Descrição	Inscrição (rip)	Saldo 2018	Saldo 2017	(AH%)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	R\$ 231.151.715,24	R\$ 221.678.010,95	4,3%
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	R\$ 909.088,98	R\$ 891.789,44	1,9%
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	R\$ 1.416.188,97	-	0,0%
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	R\$ 1.069.423,29	R\$ 1.065.811,17	0,3%
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	R\$ 1.335.066,47	R\$ 1.309.657,00	1,9%
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	R\$ 236.324,43	R\$ 231.826,99	1,9%
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	R\$ 58.000.000,00	-	0,0%
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	R\$ 1.800.903,40	R\$ 1.766.627,82	1,9%

## NOTA 05 – INTANGÍVEIS

### ▪ SOFTWARES

O valor dos intangíveis, representado pelos softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este Órgão, iniciou este exercício com saldo de R\$ 24.049.214,79 e, com as aquisições e amortizações no decorrer de 2018, terminou com R\$ 26.317.881,78. O sistema informatizado interno desta Corte está configurado para distinguir os intangíveis de vida útil indefinida daqueles com vida útil definida. Atualmente, não há softwares enquadrados neste último caso.

## NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

### ▪ OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Está incluso neste grupo a conta Precatórios de Pessoal cujos saldos foram provisionados para as despesas a serem liquidadas neste exercício conforme recomendações e valores informados pelo Ministério do Planejamento no Ofício 1/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, processo STJ nº 16345/2017. Os passivos para pagamento desses precatórios foram registrados conforme tabela a seguir:

PRECATÓRIOS	REGISTROS (29.12.2017)	SALDO EXECUTADO	SALDO ATUAL
Alimentar – Ativo (211110300)	R\$ 15.757.951,71	R\$ 15.757.951,71	R\$ 0,00
Alimentar – Inativos/Pensionistas (211210300)	R\$ 36.180.306,24	R\$ 34.503.604,40	R\$ 1.676.701,84
Comum (218911300)	R\$ 1.811.333,03	R\$ 1.811.333,03	R\$ 0,00
Honorários (218911300)	R\$ 147.006,51	R\$ 147.006,51	R\$ 0,00

### ▪ PROVISÕES A CURTO PRAZO

Semelhante ao informado no item anterior, o referido passivo, no valor total de R\$ 45.834.951,00, está relacionado com o pagamento de Requisições de Pequeno Valor - RPV, o qual foi registrado conforme orientações informadas no Ofício 1/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, processo STJ nº 16345/2017. Segue na tabela abaixo a execução deste passivo no decorrer de 2018:

REGISTRADO (31.12.2018)	SD EXECUTADO	SD ATUAL
R\$ 45.834.951,00 (217110100)	R\$ 14.040.444,17	R\$ 31.794.506,83

## NOTA 07 - OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

Cerca de 98% do saldo da referida conta está relacionado com valores a serem pagados ao CPF 061.233.991-28 cuja decisão final de sua liquidação aguarda decisão administrativa interna. O acompanhamento da integridade desta conta é realizado no processo STJ nº 29.940/2015.

## NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as variações patrimoniais ativas e passivas do exercício sendo seu detalhamento informado nas Notas n. 13 e 14. O Saldo dos Resultados Acumulados é a combinação do somatório do resultado do exercício com o resultado de exercícios anteriores e a constituição do seu saldo é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O saldo de

Ajustes de Exercícios Anteriores é constituído em sua maior parte pela liquidação de despesas com indicação de passivo anterior que não podem afetar contas de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

#### NOTA 09 – SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial é a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), composto pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente. Ao final de 2018, o saldo foi de R\$ 414.551.152,73 indicando que o resultado constante do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial foi superavitário e que há mais recursos financeiros disponíveis que passivos a pagar e empenhos inscritos em RPNP. Ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional se encarrega de providenciar até o fim de cada exercício as cotas financeiras necessárias para cobrir todos os empenhos liquidados durante o exercício.

#### NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O montante informado no Quadro de Compensações do Ativo está relacionado com as garantias contratuais colocadas à disposição deste Tribunal, quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Estas apresentam a seguinte composição: 97,55% referem-se a seguros-garantia, 2,28%, a cartas-fiança e 0,15%, cauções, sendo seu acompanhamento e a conformidade realizados no processo STJ nº 6671/2015.

#### NOTA 11 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Este grupo é representado tanto pelos Termos de Execução Descentralizados (TED's) quanto pelos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços, fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços, sendo assim a composição dessas categorias: a) 93,49% - Contratos de Serviços; b) 6,39% - Contratos de Fornecimento; c) 0,04% - Contratos de Seguro e d) 0,07% - Aluguéis. Em relação às TED's em vigor nesse Tribunal, demonstramos a seguir sua execução:

Código	Descrição	Valor. Reg.	Sd. Executado	Sd. Atual (a repassar)
682237	STJ-SF 30/2014 Imóveis Funcionais do Senado Federal	R\$ 2.896.866,66	R\$ 2.546.000,00	R\$ 350.866,66
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	R\$ 80.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 20.000,00
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	R\$ 76.747,00	R\$ 22.490,20	R\$ 54.256,80
692754	STJ-CNJ 01/2018 3ª Edição Justiça Pesquisa	R\$ 29.732,40	R\$ 29.732,40	R\$ 0,00
692760	STJ-CNJ 02/2018 3ª Edição Justiça Pesquisa	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00
692761	STJ-CNJ 03/2018 3ª Edição Justiça Pesquisa	R\$ 29.145,00	R\$ 29.145,00	R\$ 0,00
693772	STJ-CNJ 05/2018 3ª Edição Justiça Pesquisa	R\$ 29.532,40	R\$ 29.532,40	R\$ 0,00
693728	STJ-CNJ 06/2018 3ª Edição Justiça Pesquisa	R\$ 23.830,00	R\$ 23.830,00	R\$ 0,00
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	R\$ 1.140.000,00	R\$ 52.731,41	R\$ 1.087.268,59

## NOTA 12 – SUPERÁVIT FINANCEIRO

O saldo positivo apresentado nesta conta em 2018, obtido por intermédio da subtração entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstra que as cotas e repasses financeiros recebidos superaram as liquidadas e pagas no exercício, ensejando, após reserva de recursos necessários para o pagamento de restos a pagar processados e não processados, o diferimento do valor excedente.

# Demonstração das Var. Patrimoniais



## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Especificação	N.E.	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Taxas		35.588.297,91	31.716.370,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.125.169,71	535.391,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.840,87	14,64
Juros e Encargos de Mora		1.840,87	11,30
Variações Monetárias Cambiais		-	3,34
Transferências e Delegações Recebidas		1.707.257.431,14	1.540.718.210,51
Transferências Intragovernamentais		1.647.017.816,60	1.540.513.666,50
Outras Transferências e Delegações Recebidas		60.239.614,54	204.544,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		73.012.057,86	32.595.355,98
Reavaliação de Ativos		67.062.286,55	16.029.596,75
Ganhos com Incorporação de Ativos		20.903,50	1.595.913,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.928.867,81	14.969.845,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.788.011,62	5.339.152,95
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		120.881,19	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.667.130,43	5.339.152,95
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>1.825.772.809,11</b>	<b>1.610.904.496,29</b>

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Especificação	N.E.	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Pessoal e Encargos		793.600.396,67	792.081.557,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		385.319.548,56	380.660.071,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		307.937.569,54	255.483.863,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		123.843,83	66.927,23
Variações Monetárias e Cambiais		52,47	-
Descontos Financeiros Concedidos		123.791,36	66.927,23
Transferências e Delegações Concedidas		68.595.180,40	142.345.197,21
Transferências Intragovernamentais		66.239.769,17	140.641.931,25
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.355.411,23	1.703.265,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		67.416.192,22	16.691.734,55
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		60.091.760,79	2.332.611,59
Perdas Involuntárias		197.180,05	174.921,27
Desincorporação de Ativos		7.127.251,38	14.184.201,69
Tributárias		534.827,99	313.350,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		42.875,06	33.262,01
Contribuições		491.952,93	280.088,92
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		17.477.049,72	18.603.776,62
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>1.641.004.608,93</b>	<b>1.606.246.478,65</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>15</b>	<b>184.768.200,18</b>	<b>4.658.017,64</b>

## **ANÁLISES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

### **CONCEITO**

Demonstrativo Contábil que evidencia as alterações ocorridas no patrimônio desta Corte durante o presente exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária.

### **CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO DVP**

#### **▪ TAXAS**

Os saldos informados nessa linha se referem às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditado diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira

#### **▪ EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As receitas deste grupo, em geral, dizem respeito à arrecadação de receitas com serviços administrativos e locação de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

#### **▪ TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**

A quase totalidade dos saldos apresentados neste grupo decorrem das cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

#### **▪ OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual o pagamento de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

#### **▪ RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, dentro da lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que está em consonância com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o STJ, implicando em saída de recursos, em redução de ativos ou na assunção de obrigações, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, também permitido na contabilidade aplicada ao setor público. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit ou Déficit do Exercício no Balanço Patrimonial. A seguir, o mapa das variações mais significativas acumuladas no exercício:

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 13 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	2018	2017	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	R\$ 1.825.772.809,11	R\$ 1.610.904.496,29	13,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 35.588.297,91	R\$ 31.716.370,53	12,2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 6.125.169,71	R\$ 535.391,68	1044,1%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 1.840,87	R\$ 14,64	12474,2%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 1.707.257.431,14	R\$ 1.540.718.210,51	10,8%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 73.012.057,86	R\$ 32.595.355,98	124,0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 3.788.011,62	R\$ 5.339.152,95	-29,1%

O aumento substancial no valor observado na linha “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” se deu porque em 2018 houve arrecadação de receitas decorrente de inscrição em processo seletivo mediante concurso público para admissão de novos servidores neste STJ. Quanto à variação monetária expressiva na linha “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, o fato mais relevante a se destacar é o seguinte: a Secretaria de Patrimônio da União – SPU transferiu a este STJ, para construção da futura sede da ENFAM, um terreno avaliado em R\$ 58.000.000,00 sendo o mesmo registrado no Sistema SIAFI, Conta Contábil 12321.01.03 (Terrenos/Glebas), pelo Documento 2018NL800047 (UG emitente 170021). Entretanto, constatou-se posteriormente na Pauta de Valores de Imóveis para Incidência do IPTU – Exercício de 2017 que o mesmo valia R\$ 573.761,46, o que resultou na correção do valor registrado originalmente com a nota de lançamento 2018NL800010. Dada a enorme discrepância entre os valores, este órgão entendeu por bem interpelar aquela Secretaria para manifestação acerca do caso. Em resposta, a SPU apresentou um laudo circunstanciado ratificando o valor de R\$ 58.000.000,00, o que ensejou o retorno deste valor ao saldo da Conta 12321.01.03 com a emissão da nota de lançamento 2018NL800012. Destaca-se que o desenrolar dessa questão pode ser consultado no Processo STJ 6420/2015.

### NOTA 14 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	2018	2017	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	R\$ 1.641.004.608,93	R\$ 1.606.246.478,65	2,2%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 793.600.396,67	R\$ 792.081.557,52	0,2%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 385.319.548,56	R\$ 380.660.071,12	1,2%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 307.937.569,54	R\$ 255.483.863,47	20,5%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 123.843,83	R\$ 66.927,23	85,0%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 68.595.180,40	R\$ 142.345.197,21	-51,8%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 67.416.192,22	R\$ 16.691.734,55	303,9%
Tributárias	R\$ 534.827,99	R\$ 313.350,93	70,7%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 17.477.049,72	R\$ 18.603.776,62	-6,1%

Da tabela acima destacam-se as variações percentuais de 303,9% em “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, decorrente da avaliação do imóvel recebido para construção da nova sede da ENFAM conforme detalhado na ‘Nota 13’, e de -51,8% em “Transferências e Delegações Concedidas”, o que representa uma diminuição expressiva de R\$ 73.750.016,81, justificada pela devolução de recursos diferidos num volume bem maior ao final de 2017 em comparação com este exercício. No exercício anterior o diferido devolvido totalizou R\$ 97.183.993,23, este ano, R\$ 11.389.111,50.

#### NOTA 15 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial em 2018 foi quase 40 vezes maior que em 2017. Tal discrepância se deve ao terreno recebido por este STJ para construção da futura sede do STJ, avaliado em R\$ 58.000.000,00, vide ‘Nota 13’ e uma quantidade de cotas e repasses recebidos (transferências intragovernamentais) maior que no ano passo em R\$ 106.504.150,10.

# Balço Orçamentário



## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS (R\$)

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	<b>16</b>	1.862.182,00	1.862.182,00	26.311.759,02	24.449.577,02
Receitas Tributárias		-	-	24.911.820,39	24.911.820,39
Taxas		-	-	24.911.820,39	24.911.820,39
Receitas de Serviços		135.862,00	135.862,00	134.120,76	-1.741,24
Outras Receitas Correntes		1.726.320,00	1.726.320,00	1.265.817,87	-460.502,13
Ind., Rest. e Ressarcimentos		1.726.320,00	1.726.320,00	1.265.817,87	-460.502,13
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>1.392.442,00</b>	<b>1.392.442,00</b>	<b>23.433.547,63</b>	<b>22.041.105,63</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>17</b>	-	-	<b>1.522.595.033,35</b>	<b>1.522.595.033,35</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.862.182,00</b>	<b>1.862.182,00</b>	<b>1.548.906.792,37</b>	<b>1.547.044.610,37</b>

  

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
Desp Correntes		1.503.341.427,00	1.504.186.427,00	1.529.405.008,88	1.492.537.791,39	1.490.804.680,50	-25.218.581,88
Pes/Enc. Sociais		1.139.146.076,00	1.144.646.076,00	1.175.639.041,00	1.169.078.329,63	1.169.078.329,63	-30.992.965,00
Out Desp. Correntes		364.195.351,00	359.540.351,00	353.765.967,88	323.459.461,76	321.726.350,87	5.774.383,12
Despesas. Capital		33.536.441,00	32.691.441,00	19.501.783,49	6.673.341,74	6.433.255,53	13.189.657,51
Investimentos		33.536.441,00	32.691.441,00	19.501.783,49	6.673.341,74	6.433.255,53	13.189.657,51
Reserva de Contingência		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.536.877.868,00</b>	<b>1.536.877.868,00</b>	<b>1.548.906.792,37</b>	<b>1.499.211.133,13</b>	<b>1.497.237.936,03</b>	<b>-12.028.924,37</b>

## DEMONSTRATIVOS DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exerc Ant	Insc. em 31 de Dez. do Exer. Ant.	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes		13.831.097,24	30.445.484,44	24.175.665,60	24.175.665,60	7.109.613,87	12.991.302,21
Pessoal e Enc. Sociais		-	7.487.982,37	4.567.433,30	4.567.433,30	2.920.549,07	-
Outras Desp. Correntes		13.831.097,24	22.957.502,07	19.608.232,30	19.608.232,30	4.189.064,80	12.991.302,21
Desp. Capital		4.540.777,62	12.617.077,55	12.511.028,75	11.835.646,87	106.048,80	5.216.159,50
Investimentos		4.540.777,62	12.617.077,55	12.511.028,75	11.835.646,87	106.048,80	5.216.159,50
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>18.371.874,86</b>	<b>43.062.561,99</b>	<b>36.686.694,35</b>	<b>36.011.312,47</b>	<b>7.215.662,67</b>	<b>18.207.461,71</b>

  

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
Despesas Orçamentárias	NE	Insc. em Exerc. Ant.	Insc. 31/ Dez. do Exerc. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldos	
Despesas Correntes		2.701.321,00	2.271.194,68	2.356.492,69	-	2.616.022,99	
Outras Desp. Correntes		2.701.321,00	2.271.194,68	2.356.492,69	-	2.616.022,99	
Despesas de Capital		18.366,26	72.058,32	9.649,79	-	80.774,79	
Investimentos		18.366,26	72.058,32	9.649,79	-	80.774,79	
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>2.719.687,26</b>	<b>2.343.253,00</b>	<b>2.366.142,48</b>	<b>-</b>	<b>2.696.797,78</b>	

## ANÁLISES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

### CONCEITOS

Demonstrativo contábil em que se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas. A partir desta comparação é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário.

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### NOTAS EXPLICATIVAS

#### NOTA 16 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas superaram a previsão atualizada para todo o exercício em cerca de 1.413%. Este Tribunal não tem autonomia para atualizar a referida provisão, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). A STN foi consultada, via comunica nº 2017/1518536, da possibilidade de se consultar no SIAFI as estimativas de receita de natureza tributária individualizada por órgão e/ou efetuar este tipo de consulta no Balanço Orçamentário. A STN em resposta (MSG 2017/1518536) afirmou “ *A previsão de receita e a receita atualizada são apresentadas no Balanço Orçamentário da Unidade Orçamentária responsável, não sendo possível constar na UG arrecadadora pelas regras atuais do sistema e de contabilização da receita. Está sendo realizado um estudo para readequação da sistemática atual, para redefinir onde constará todo o ciclo da receita no balanço orçamentário, mas não há nada concreto até o momento.*”.

#### NOTA 17 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit apresentado decorre da diferença entre o as despesas empenhadas, tanto correntes como de capital, e o valor arrecadado de receita. Ocorre que o STJ não é um órgão tipicamente arrecadador de receitas próprias, tendo seu funcionamento regular custeado pelos créditos orçamentários destinados pela Lei Orçamentária Anual – LOA. Os recursos financeiros que dão suporte a estes créditos orçamentários constam no demonstrativo ‘DVP’, na linha ‘Transferências e Delegações Recebidas’.

#### NOTA 18 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

O STJ, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade (Art. 2º da Lei 4.320/64) e às orientações do Acórdão TCU nº 2823/2015, executa monitoramento dos créditos inscritos em restos a

pagar, principalmente quando se trata de despesas obrigatórias. Dessa forma, as despesas de pessoal inscritas em RP serão utilizadas, em sua grande maioria, para liquidação e pagamento de despesas relacionadas ao mês de dezembro do exercício anterior e não deverão manter saldos após o fim do primeiro semestre deste ano, sendo, pois, alvo de monitoramento por esta setorial contábil.

# Balanço Financeiro



INGRESSOS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>26.311.759,02</b>	<b>36.028.946,18</b>
Ordinárias		-	15.963.687,25
Vinculadas		26.358.977,23	23.978.274,67
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	686,61
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		26.358.977,23	23.977.588,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-47.218,21	-3.913.015,74
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>1.646.901.061,94</b>	<b>1.540.513.666,50</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		1.644.029.745,49	1.540.310.274,21
Cota Recebida		1.632.143.765,89	1.531.835.096,99
Repassé Recebido		6.059.089,52	5.686.746,58
Sub-repassé Recebido		5.826.890,08	2.788.430,64
Independentes da Execução Orçamentária		2.871.316,45	203.392,29
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>70.345.454,25</b>	<b>45.556.367,78</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.973.197,10	1.918.407,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		49.695.659,24	43.062.561,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		457.507,07	575.395,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários		18.219.090,84	3,34
<b>Saldo Do Exercício Anterior</b>		<b>107.175.470,90</b>	<b>184.201.818,32</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		107.175.470,90	184.201.818,32
<b>TOTAL</b>		<b>1.850.733.746,11</b>	<b>1.806.300.798,78</b>

DISPÊNDIOS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>1.548.906.792,37</b>	<b>1.520.957.341,27</b>
Ordinárias		1.309.944.633,82	1.190.709.408,57
Vinculadas		238.962.158,55	330.247.932,70
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>64.681.025,28</b>	<b>140.641.931,25</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		18.492.779,34	100.913.980,39
Repassé Concedido		1.276.777,76	941.556,52
Sub-repassé Concedido		5.826.890,08	2.788.430,64
Cota Devolvida	<b>19</b>	11.389.111,50	97.183.993,23
Independentes da Execução Orçamentária		46.188.245,94	39.727.950,86
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>40.347.940,17</b>	<b>37.526.055,36</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.366.142,48	1.540.106,00
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		36.011.312,47	35.427.729,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		528.495,99	558.220,31
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.441.989,23	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>20</b>	<b>196.797.988,29</b>	<b>107.175.470,90</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		196.797.988,29	107.175.470,90
<b>TOTAL</b>		<b>1.850.733.746,11</b>	<b>1.806.300.798,78</b>

## ANÁLISES DO BALANÇO FINANCEIRO – BF

### CONCEITO

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BF

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ.

### NOTAS EXPLICATIVAS

#### NOTA 19 – COTA DEVOLVIDA

Devolução de recursos financeiros decorrentes de cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores e outros não executados para pagamento de precatórios e RPV's.

#### NOTA 20 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 196.797.988,29, refere-se às cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal somadas ao valor disponível na Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento para cobrir a execução do crédito recebido por intermédio dos empenhos emitidos. Destaca-se que esta quantia sofrerá diversas alterações ao longo deste ano de 2019 a medida em que o orçamento é executado e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN libera as cotas (recursos financeiros) previstas na LOA. Não foram observadas inversões de saldos nas fontes dos recursos financeiros, conforme quadros I e II. Restos a pagar cancelados alcançou a soma de R\$ R\$ 7.215.662,67 e os destaques recebidos e não utilizados totalizaram R\$ 47.500.991,38 (ver quadro III). Avaliou-se o diferido não constatando divergências.

#### QUADRO I

Fonte Recursos Detalhada	Atv Financ (a)	Psv. Financ (b)	(a)-(b)	821110000	Dif
0100000000 - Recursos Ordinários	R\$ 182.022.698,70	R\$ 66.821.859,85	R\$ 115.200.838,85	R\$ 115.200.838,85	0
0127000000 - Custas e Emol. - Poder Judiciário	R\$ 2.635.242,42	R\$ 1.326.164,66	R\$ 1.309.077,76	R\$ 1.309.077,76	0
0150000000 - Recursos não-Financ Diret. Arrec.	R\$ 247.334,93	R\$ -	R\$ 247.334,93	R\$ 247.334,93	0
0150111010 - Receitas Arrecadadas Diret.- STJ	R\$ 5.105.261,29	R\$ 14.444,72	R\$ 5.090.816,57	R\$ 5.090.816,57	0
0175111010 -STJ-Ressarc Desp Porte Rem/Ret. Autos	R\$ 4.595.984,83	R\$ 3.297.066,39	R\$ 1.298.918,44	R\$ 1.298.918,44	0
0190000000 - Recursos Diversos	R\$ 27.297,10	R\$ 27.297,10	R\$ -	R\$ -	0
0350111010 - Receitas Arrecadadas Diret. - STJ	R\$ 804.833,77	R\$ 78.734,57	R\$ 726.099,20	R\$ 726.099,20	0
0375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Rem/Ret Autos	R\$ 1.359.335,25	R\$ 1.034.845,64	R\$ 324.489,61	R\$ 324.489,61	0
<b>Total</b>	<b>R\$ 196.797.988,29</b>	<b>R\$ 72.600.412,93</b>	<b>R\$ 124.197.575,36</b>	<b>R\$ 124.197.575,36</b>	<b>0</b>

**QUADRO II**

Fonte	111122001 (A)	Inscrição de RP (B)	(A) - (B) = (C)	821110000 (D)	(C)-(D) = (E)
100	R\$ 182.022.698,70	R\$ 66.821.859,85	R\$ 115.200.838,85	R\$ 115.200.838,85	0
127	R\$ 2.635.242,42	R\$ 1.326.164,66	R\$ 1.309.077,76	R\$ 1.309.077,76	0
150	R\$ 5.352.596,22	R\$ 14.444,72	R\$ 5.338.151,50	R\$ 5.338.151,50	0
175	R\$ 4.595.984,83	R\$ 3.297.066,39	R\$ 1.298.918,44	R\$ 1.298.918,44	0
350	R\$ 804.833,77	R\$ 78.734,57	R\$ 726.099,20	R\$ 726.099,20	0
375	R\$ 1.359.335,25	R\$ 1.034.845,64	R\$ 324.489,61	R\$ 324.489,61	0
<b>Total</b>	<b>R\$ 196.770.691,19</b>	<b>R\$ 72.573.115,83</b>	<b>R\$ 124.197.575,36</b>	<b>R\$ 124.197.575,36</b>	<b>0</b>

**QUADRO III**

PTRES	DESTAQUE RECEBIDO	DESPEAS LIQUIDADAS	DESTAQUE NÃO UTILIZADO
84456	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ -
96903	R\$ 4.212,90	R\$ 4.212,90	R\$ -
137191	R\$ 35.325,00	R\$ 35.325,00	R\$ -
85311	R\$ 56.814,62	R\$ 56.814,62	R\$ -
118659	R\$ 1.433.108,00	R\$ 1.059.545,34	R\$ 373.562,66
85268	R\$ 5.960.937,00	R\$ 5.960.937,00	R\$ -
118658	R\$ 14.624.379,00	R\$ 2.465.110,46	R\$ 12.159.268,54
90162	R\$ 45.834.951,00	R\$ 14.040.444,17	R\$ 31.794.506,83
90161	R\$ 55.393.549,00	R\$ 52.219.895,65	R\$ 3.173.653,35
<b>Total</b>	<b>R\$ 123.345.076,52</b>	<b>R\$ 75.844.085,14</b>	<b>R\$ 47.500.991,38</b>

# Demonstração Fluxo de Caixa



		2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>Fluxo De Caixa Das Atividades Operacionais</b>	<b>N.E</b>	<b>107.901.069,58</b>	<b>-52.044.339,42</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>21</b>	<b>1.691.889.418,87</b>	<b>1.577.118.011,03</b>
Receitas Derivadas e Originárias		26.311.759,02	36.028.946,18
Receita Tributária		24.911.820,39	31.716.736,32
Receita Patrimonial		-	311.809,12
Receita de Serviços		134.120,76	-64.231,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.265.817,87	4.064.632,36
Outros Ingressos das Operações		1.665.577.659,85	1.541.089.064,85
Ingressos Extraorçamentários		457.507,07	575.395,01
Transferências Financeiras Recebidas		1.646.901.061,94	1.540.513.666,50
Arrecadação de Outra Unidade		18.219.090,84	-
Demais Recebimentos		-	3,34
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>22</b>	<b>-1.583.988.349,29</b>	<b>-1.629.162.350,45</b>
Pessoal e Demais Despesas		-1.407.840.015,74	-1.368.413.299,18
Judiciário		-970.622.099,28	-901.390.028,90
Administração		-	-11.402,80
Previdência Social		-370.914.646,64	-346.054.839,04
Encargos Especiais		-66.303.269,82	-120.957.028,44
Transferências Concedidas		-109.496.823,05	-119.548.899,71
Intragovernamentais		-109.496.823,05	-119.548.899,71
Outros Desembolsos das Operações		-66.651.510,50	-141.200.151,56
Dispêndios Extraorçamentários		-528.495,99	-558.220,31
Transferências Financeiras Concedidas		-64.681.025,28	-140.641.931,25
Demais Pagamentos		-1.441.989,23	-
<b>Fluxo De Caixa Das Atividades de Investimento</b>	<b>23</b>	<b>-18.278.552,19</b>	<b>-24.982.008,00</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-18.278.552,19</b>	<b>-24.982.008,00</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-15.964.418,10	-22.066.964,95
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.314.134,09	-2.915.043,05
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		89.622.517,39	-77.026.347,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		107.175.470,90	184.201.818,32
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>196.797.988,29</b>	<b>107.175.470,90</b>

## ANÁLISES DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

### CONCEITO

Este demonstrativo indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa, classificado em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período e o resultado desses fluxos.

### NOTAS EXPLICATIVAS

#### NOTA 21 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Cerca de 95% das receitas derivadas e originárias registradas no exercício estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal, nos processos de competência originária ou recursal (Lei 11.636/2007). Já o saldo informado na linha “Outros Ingressos das Operações” representa, quase em sua totalidade, as cotas recebidas no exercício para custear a execução orçamentária conforme melhor detalhamento em notas explicativas referentes à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP.

#### NOTA 22 – DESEMBOLSOS

Os desembolsos verificados no período ora analisado referem-se às despesas regulares deste órgão na manutenção de suas atividades, sendo os gastos distribuídos conforme análises do Balanço Orçamentário.

#### NOTA 23 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Representa o valor desembolsado por este tribunal para aquisições de materiais permanentes controlados administrativamente no Sistema Administra por intermédio do Relatório de Movimentação, onde podem ser observadas todas as saídas e entradas de bens, classificadas por natureza de despesa (ND) mais subitem, bem como a depreciação equivalente ao desgaste de sua utilização. Destaca-se que o controle e conformidade contábil mensais acerca da movimentação dos bens permanentes em 2018 no âmbito do STJ pode ser observado no Processo SEI 2674/2018 e que houve uma diminuição de 26,83% de aquisições neste exercício em comparação com o ano de 2017.

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil – SECOC, de acordo com o Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça/STJ, compõe a estrutura da Secretaria de Administração – SAD deste Tribunal que, conforme Capítulo X, item 10.4 exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do STJ.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI tendo como finalidade assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11000 são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos desta Corte;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018 refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça.

Brasília-DF, 22 de janeiro de 2019

Alancei Barros

**Chefe da Setorial Contábil**

**Matrícula: S031725**